

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - CAMPOS DE BELO HORIZONTE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Curso De Especialização Em Formação De Educadores Para A Educação Básica

Área De Concentração: Educação, Diversidade e Intersetorialidade

Viviane de Paula Vieira

**CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO DA COORDENAÇÃO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL COM A IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS
10.639/03 E 11.645/08**

Belo Horizonte

2019

Viviane de Paula Vieira

**CONTRIBUIÇÕES DO TRABALHO DA COORDENAÇÃO NA
EDUCAÇÃO INFANTIL COM A IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS
10.639/03 E 11.645/08**

Monografia apresentada ao curso de Especialização como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação, Diversidade e Interculturalidade pelo Curso de Pós-graduação Lato Senso em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Katia Pedroso Silveira

Belo Horizonte

2019

V658c

Vieira, Viviane de Paula, 1977-

Contribuições do trabalho da coordenação na educação infantil com a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 [manuscrito] / Viviane de Paula Vieira. - Belo Horizonte, 2019.

51 f., il.

Monografia - (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Katia Pedroso Silveira

1. Educação. 2. Educação – Relações étnicas. 3. Relações raciais. 4. Educação de crianças. 5. Coordenação pedagógica. 6. Prática de ensino.

I. Título. II. Silveira, Katia Pedroso. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 370.19342

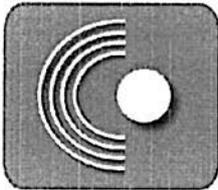
Catálogo na Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG

Catálogo na Fonte*: Biblioteca da FaE/UFMG Bibliotecária † : Moema Brandão da Silva CRB/6- 1581
(Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica)

* Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pelo autor, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade do autor, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita..."

*Conforme resolução do Conselho Federal de Biblioteconomia nº 184 de 29 de setembro de 2017, Art. 3º – "É obrigatório que conste o número de registro no CRB do bibliotecário abaixo das fichas catalográficas de publicações de quaisquer natureza e trabalhos acadêmicos".

* Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."



ATA DE DEFESA DO SEPTINGENTÉSIMO SEXAGÉSIMO OITAVO TRABALHO FINAL DO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INTERSETORIALIDADE

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “Contribuições do trabalho da coordenação na Educação Infantil com a implementação das Leis 10639/03 e 11645/08”, do(a) aluno(a) **Viviane de Paula Vieira**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Kátia Pedroso Silveira (orientador) e Andréia Martins da Cunha Moura. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Luciana Gomes da Luz Silva, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Viviane de Paula Vieira
Viviane de Paula Vieira

Registro na UFMG: 2018752590

Kátia Pedroso Silveira
Professor(a) Orientador(a)

Andréia Martins da Cunha Moura
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Luciana Gomes da Luz Silva
Luciana Gomes da Luz Silva
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

RESUMO

Este trabalho trata da percepção da coordenação pedagógica ao que se refere às práticas desenvolvidas para as relações étnico-raciais, assim como a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, no âmbito da Educação Infantil. Historicamente, este segmento sempre foi visto com fins assistencialistas. Nos dias de hoje, os profissionais da Educação Infantil vêm se fortalecendo de modo a desenvolver práticas com intencionalidades educativas coerentes uma vez que este segmento é parte da Educação Básica. Nesta perspectiva, a Educação Infantil é reconhecida como espaço educativo que deve possibilitar vivências e experiências organizadas de forma intencional a fim de garantir o desenvolvimento integral das crianças. Os investimentos e incentivos ao desenvolvimento profissional docente são formas de reconhecimento, valorização e qualificação da Educação Infantil. Para o desenvolvimento deste projeto utilizamos a metodologia de grupo focal, o que possibilitou estabelecer grupos de diálogos entre coordenadores de cinco instituições de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, com especificidades diferentes. Ao final, foram estabelecidas metas de trabalho, dentre elas a realização de formações continuadas, com a finalidade de criar estratégias que possam delinear as práticas pedagógicas em favor da valorização da diversidade entre crianças da Educação Infantil da cidade.

Palavras chave: Práticas Pedagógicas, Grupo Focal, Coordenação Pedagógica, étnico-racial, diversidade.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	9
2.1. Meu encontro com o campo.....	12
3. METODOLOGIA.....	16
3.1. Grupo focal.....	16
3.2. Dialogando com os sujeitos (as).....	19
3.3. Núcleo de significação.....	31
3.4. Protagonismo em rede.....	33
3.5. Construindo a identidade escolar (Projeto Político Pedagógico).....	34
3.6. Cuidar e Educar.....	36
3.7. Restaurando as relações.....	39
3.8. Organização dos espaços.....	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
ANEXO.....	49

1. INTRODUÇÃO

A Educação Infantil no Brasil surgiu da necessidade de se reverter o grande índice de mortalidade infantil e combate à pobreza, destinando-se ao atendimento das mulheres viúvas ou abandonadas que precisavam trabalhar para sustentar seus filhos. O atendimento às crianças era feito por mulheres voluntárias e exigia-se para o trabalho apenas vivências e experiências de maternidade ou o apreço por crianças.

Em Belo Horizonte a criação de creches comunitárias, filantrópicas e/ou confessionais se deu no final da década de 70, com crescimento significativo na década de 80. Em caráter assistencialista a Educação Infantil era oferecida em espaços com condições inadequadas e improvisadas, sem materialidade ou profissional habilitado para exercer a profissão de professora ou educadora. Porém, era a única forma de atendimento às famílias que necessitavam de um lugar para deixar os filhos a fim de trabalhar visando seu sustento. Ao longo da história, as comunidades foram se organizando e o número de creches foi se multiplicando e elas passaram a cumprir o papel do Estado, sendo cofinanciadas por ele, por meio de convênios.

O atendimento público a Educação Infantil pela rede própria teve início em 1957, com a inauguração do Jardim de Infância Renascença. Até 2004 foram criadas doze escolas de atendimento a Educação Infantil nas faixas etárias de três a seis anos de idade em horário parcial. O atendimento era ofertado também, em algumas escolas de ensino fundamental em condições inadequadas e os profissionais que atuavam neste atendimento, em ambos os espaços, eram professores concursados para o Ensino Fundamental.

Somente em 1993 surgiram as primeiras ações políticas municipais a fim de sistematizar as condições de atendimento para este seguimento com a implementação de diretrizes específicas para a Educação Infantil. Desde então, a implementação de Políticas Públicas direcionadas a essa etapa, tem favorecido um aprimoramento no atendimento a Educação Infantil em diversos aspectos. Isso vem fortalecendo o reconhecimento deste segmento como educação e não ação assistencialista.

Nesta perspectiva a Educação Infantil é reconhecida como espaço educativo que deve possibilitar vivências e experiências, organizadas de forma intencional a fim de garantir o desenvolvimento integral das crianças.

Dessa forma, o trabalho pedagógico é concebido colocando a criança como centro no processo educativo, sendo levado em consideração seus saberes, suas vivências, seus costumes e valores. As Proposições Curriculares para Educação Infantil, pressupõe que cada criança seja reconhecida e acolhida de maneira concreta e completa, a partir das suas características individuais, levando em consideração sua história de vida.

Nenhuma criança chega à escola como uma folha de papel em branco. Ela traz consigo marcas, experiências e principalmente cultura. Desde o seu nascimento ela está inserida em um meio cultural, no qual estabelece vínculos e interações. É de extrema importância, o acolhimento e compreensão dados pela instituição de Educação Infantil à criança e sua família. Portanto, entende-se que as práticas pedagógicas desenvolvidas neste segmento da Educação Básica tenham como foco a criança situando-a em sua construção como sujeito de relações.

(...) A partir do seu nascimento, toda criança vivencia um intenso processo de inserção social e cultural. Por meio das diversas interações que realiza, a criança compreende e se apropria do mundo em que vive, seu contexto mais próximo, os valores, as crenças, os conhecimentos e saberes socialmente aceitos e reconhecidos. Nesse processo, através da vivência das experiências e relações sociais, a criança elabora e reelabora continuamente suas percepções, tornando-se construtora de seu conhecimento e desenvolvimento (Proposições Curriculares para Educação Infantil, 2014, pag.53).

A criança como ser cultural que interage com o meio em que vive, ao chegar na escola, leva consigo todas as suas experiências e vivências de mundo. Portanto, faz-se necessário que seus conhecimentos e saberes sejam acolhidos, reconhecidos e ampliados nos espaços educativos. Porém, a sociedade em que vivemos está marcada historicamente por práticas de desrespeito e discriminação em relação à raça, etnia, culturas, deficiências físicas ou intelectuais, classe social e econômica.

As relações ensinam e educam, determinam modos de ser e agir. De acordo com Nilma Lino Gomes (2010), a educação é responsável por construir práticas, projetos e iniciativas eficazes capazes de combater o racismo e superar as desigualdades. Na Educação Infantil práticas racistas e discriminatórias são

elementos de grande interferência na formação da identidade das crianças, sejam elas negras, brancas, indígenas ou de outras raças.

Desde a implementação das Diretrizes Curriculares Municipais para Educação das relações étnico-raciais em 2004, o município vem traçando propostas pedagógicas, condições materiais, organização de tempos e espaços que proporcionem o reconhecimento, a valorização e respeito à cultura e história Africana, Afro-brasileira e Indígenas assim como o combate às práticas discriminatórias e racistas.

As Leis 10.639/03 e 11.645/08 tornaram obrigatório o ensino de História Africana, Afro-Brasileira e Indígena na Educação Básica, o que implica em mudanças significativas nas práticas pedagógicas desenvolvidas até então, articulando o respeito a ética e a promoção da Igualdade Racial.

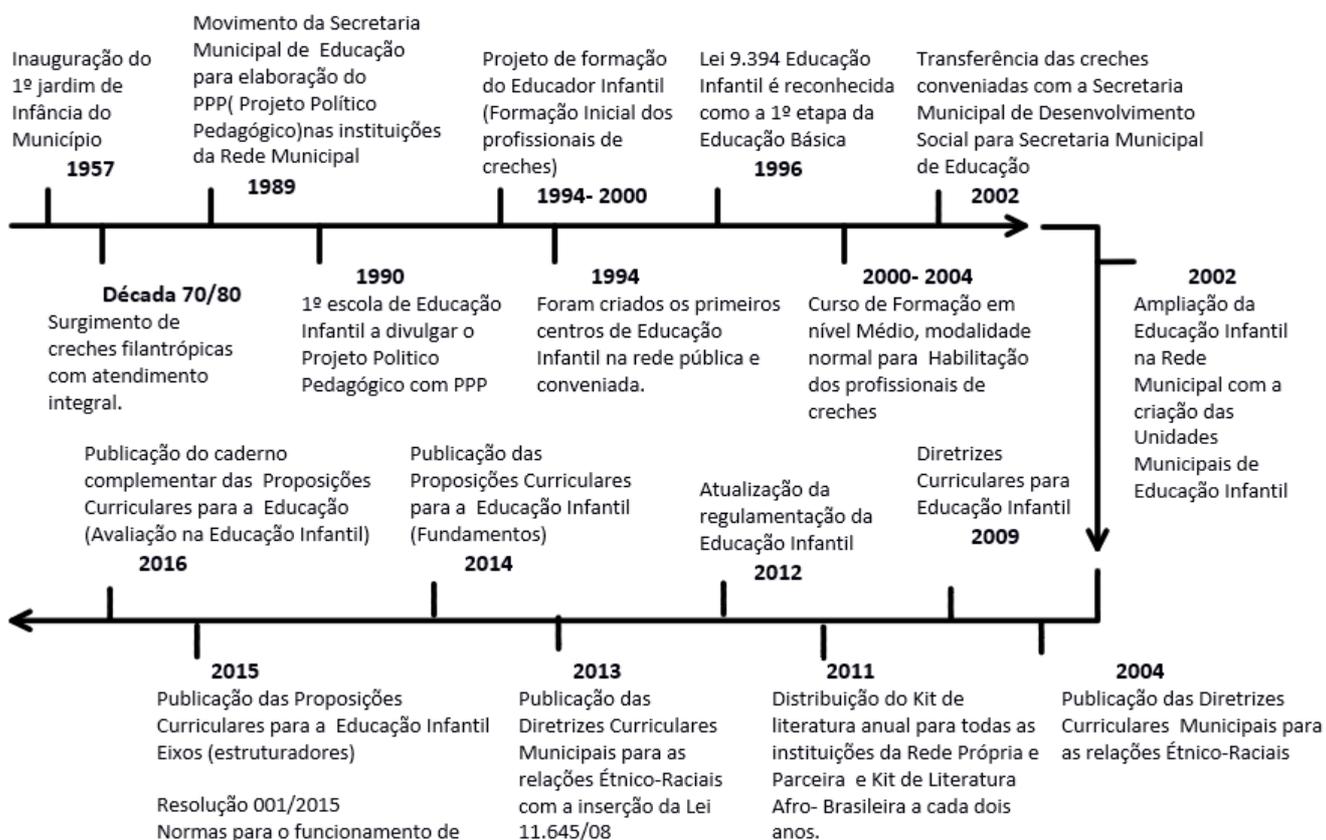
Neste contexto, torna-se necessário que professores e educadores interroguem-se refletindo sobre suas concepções pessoais, práticas e atitudes que inconscientemente visam o fortalecimento do preconceito e discriminação como o contato corporal restrito, julgamentos prévios a cultura alheia, falas e dizeres agressivos ou ofensivos a uma raça ou etnia.

Repensar as práticas pedagógicas tem sido um grande exercício de se experimentar a autonomia da criança, agregando valores de ética e respeito em seu cotidiano.

Na trajetória da Educação Infantil no Brasil, percebe-se que houve grandes avanços e investimentos por meio da implementação de leis e resoluções, além do próprio reconhecimento dessa como primeira etapa da Educação Básica.

Em Belo Horizonte, além do desafio de adequação do atendimento e dos espaços físicos, o investimento em formação de professores, a elaboração efetiva e coletiva dos Projetos Político Pedagógicos, a evolução histórica das concepções sobre a infância, suas características e necessidades vem delineando os avanços e conquistas no atendimento na Educação Infantil. Os investimentos nas práticas pedagógicas voltadas para o trabalho no contexto das relações étnico-raciais, também tem sido importante. Portanto, neste contexto histórico, evidenciam-se:

Figura 1 Linha do tempo



Fonte: Própria auditoria

Entretanto, é importante ressaltar que no percurso trilhado pela Educação Infantil, um dos pontos relevantes de investimento e atenção pelo Município de Belo Horizonte tem sido as questões étnico-raciais. Investimentos em materialidade, formação de professores, criação da Gerência étnico-racial, assim como a publicação das Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações étnico-raciais são ações que evidenciam os esforços e investimento da secretaria da Educação no trabalho da promoção da igualdade étnico-racial.

2. AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil foi incorporada como primeira etapa da Educação Básica pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96) infantil. Portanto, é essencial pensar sobre as práticas educacionais da Educação Infantil de forma a garantir o cuidar e educar, legitimando e ampliando os saberes nas diversas dimensões que constituem a formação humana: física, cognitiva, emocional e social (Proposições Curriculares para a Educação Infantil, 2016).

Na rede Municipal de Belo Horizonte, os critérios para distribuição das vagas existentes para Educação Infantil definem a diversidade do público a ser atendido, que em sua maioria trata-se de crianças negras, advindas de comunidades de baixa renda, pertencentes a famílias de alta vulnerabilidade, que evidencia o desafio de atender a pluralidade de culturas, assim como previsto nas Leis 10.639/03 e 11.645/08. Ambas alteram a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade das temáticas "História e Cultura Afro-Brasileira" e "História e Culturas Indígenas", respectivamente.

a) LEI Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura Negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão

ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

b) A lei 11.645/08 que amplia a lei 10.639/03:

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA Fernando Haddad

Percebe-se assim, a necessidade de planejamento e realização de práticas educacionais intencionais considerando os diferentes processos de desenvolvimento e aprendizagem que reconheçam e valorizem as diversas pluralidades culturais e as relações étnico-raciais no currículo de Educação Infantil.

Portanto, os espaços coletivos educacionais nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados e propícios para promoção e eliminação de qualquer forma de preconceito racismo e discriminação racial. Isso faz com que as crianças desde muito pequenas, compreendam e se envolvam em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos étnico-raciais para a história e a cultura brasileira.

Nessa perspectiva, as visões de cuidar e educar devem ser ampliadas de forma a adequar o currículo de acordo com as Leis 10.639/03 e 11.645/08, no plano de trabalho e nas formações do corpo docente, uma vez que os professores possuem autonomia para ajustar seus conteúdos de maneira a contribuir com o processo de democratização da escola, ampliação do direito de todos e todas à educação e do reconhecimento de outras matrizes de saberes da sociedade brasileira.

A resolução do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno nº01/2004 prevê no Artigo 3º que:

A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdo, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 03/2004.

Com o intuito de buscar mecanismos para superar a desigualdade e práticas discriminatórias no ambiente escolar as Leis 10.639/03 e 11.645/08 alteram a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) no que diz respeito aos conteúdos obrigatórios para a Educação Básica. Portanto, faz-se necessário a articulação das práticas pedagógicas da Educação Infantil com as diretrizes curriculares educacionais no âmbito de proporcionar às crianças, desde a Educação Infantil, os estudos de história e cultura afro-brasileira e indígena.

2.1. Meu encontro com o campo

Neste contexto educacional, fui convidada pela secretaria Municipal de Educação a atuar como apoio pedagógico da Educação Infantil na Regional Leste que é compreendida pelos bairros: Alto Vera Cruz, Baleia, Boa vista, Caetano Furquim, Casa Branca, Colégio Batista, Mariano de Abreu, Esplanada, Floresta, Horto, Instituto Agrônômico, Nova Vista, Novo São Lucas, Paraíso, Pompeia, Sagrada Família, Santa Efigênia, Santa Inês, Santa Tereza, São Geraldo, Saudade, Taquaril, Vera Cruz, Vila São Rafael.

Na área de educação, a região Leste conta com 14 escolas municipais, sendo 7 EMEFE (Escola Municipal Ensino Fundamental), 7 Escolas Híbridas (Escolas de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil), 28 creches conveniadas com a Prefeitura de Belo Horizonte e 9 EMEI (Escola Municipais de Educação Infantil). Deste total acompanho, 8 creches conveniadas, 2 Escolas Híbridas, 2 EMEI.

O meu principal papel e função é o acompanhamento *in loco*, que consiste em observar e intervir em cada instituição de modo a assegurar o cumprimento da Política de Educação do Município, o direito das crianças atendidas, de suas famílias e dos profissionais que atuam em cada unidade de Educação Infantil.

Trata-se de um acompanhamento global do trabalho desenvolvido pelas instituições da rede própria e rede parceira (creches), tendo como objeto de trabalho a percepção do TODO, articulando todas as informações possíveis sobre aquela realidade: gestão, organização, administração, trabalho pedagógico, atendimento e documentação da instituição (Estatuto, Regimento, PPP, ficha de matrícula, diário ou ficha de conferência da frequência, quadro de funcionários, Plano de trabalho, Plano de metas, autorização de funcionamento, registros de avaliação das crianças e outros).

O Apoio Pedagógico tem papel fundamental de mediar ações de formação em serviço para os profissionais que atuam nesta etapa da Educação Básica, e acompanhar as ações que são desenvolvidas pelo Coordenador Pedagógico que é o elo fundamental entre a direção, profissionais, famílias e crianças. Durante o acompanhamento *in loco* é papel do apoio Pedagógico orientar e formar o

coordenador, escutando-o, dialogando sobre as informações realizadas na instituição e as possibilidades de enfrentamento das questões levantadas, por meio de estudos e planejamento.

Ao observar os espaços e as concepções que norteiam o trabalho nas instituições de Educação Infantil, assim como a organização do trabalho, a rotina, as relações estabelecidas (entre adultos e crianças, entre crianças, entre adultos), o planejamento de ações, a avaliação, os tipos de registros, murais, como se efetiva o cuidar e educar fica perceptível o quanto as práticas pedagógicas tradicionais ainda se distanciam da promoção da igualdade, das relações étnico-raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana.

Na história da Educação no Brasil, a busca pela igualdade de direitos vem norteando a legislação educacional através de programas e projetos desenvolvidos nos sistemas de ensino e nas instituições escolares. A trajetória da inserção da temática étnico-racial nas escolas municipais de Belo Horizonte, teve grande impulso a partir de algumas ações políticas específicas, quais sejam: sua inclusão na Lei orgânica do município em 1990; a alteração da LDBEN 9.394/96 pela Lei de 10.639/03 a instituição das Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, em 2004.

Nesse contexto, foi criado o grupo hoje nomeado núcleo das relações étnico-raciais tendo como base para o desenvolvimento de suas ações as Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das relações étnico-raciais como princípios que devem fundamentar o planejamento, execução e avaliação da Educação Básica, de maneira a fortalecer a política educacional.

Com o monitoramento da Gerência das relações étnico-raciais, atualmente o núcleo de estudos está presente nas 9 regionais de Belo Horizonte, estimulando e apoiando projetos e ações, com o intuito de solidificar a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e a Política de Promoção da Igualdade Racial nas instituições de ensino da cidade. Em 2016, comecei a participar do núcleo de estudos étnico-raciais pela Regional Nordeste, onde era minha lotação pela Escola Municipal de Educação Infantil São Marcos.

Ao ser transferida para a Regional Leste, além de ocupar o cargo de Apoio Pedagógico, atuo como coordenadora do núcleo de estudos das relações étnico-raciais que tem como objetivo atender a demanda crescente de formação e subsidiar

o trabalho com a temática nas escolas da rede própria da Educação Infantil ao Ensino Fundamental e rede parceira (creches), assim como o aprofundamento de estudos, desenvolvimento de projetos, programas e eventos abrangendo os diferentes componentes curriculares. É realizado um encontro mensal onde contamos com a participação de dois representantes de cada instituição entre professores, coordenadores e gestores.

Através desses encontros mensais o núcleo de estudos étnico-raciais tem se solidificado como uma das estratégias para implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e para alinhamento da Política Municipal de Promoção da Igualdade Racial, por meio de estudos, debates, relatos e trocas de experiências de práticas pedagógicas. Pretende-se dessa forma fortalecer a política educacional que tem por princípio uma educação de qualidade inclusiva, sem distinção.

As Proposições Curriculares para Educação Infantil ressaltam que é de fundamental importância que os professores e educadores interroguem-se sobre suas concepções pessoais. Todos devem, constantemente, refletir sobre suas ações e atitudes que, podem evidenciar atitudes discriminatórias ou fortalecer sua relação com seus alunos, através de práticas pedagógicas que evidenciem as relações de pertencimento, valorização e respeito.

Baseando-me em minhas experiências e vivências como apoio Pedagógico da Educação Infantil e como coordenadora do núcleo de Estudos étnico-raciais da Regional Leste, proponho um plano de ação que consiste no desenvolvimento de uma intervenção junto às coordenações pedagógicas das diversas Instituições de Educação Infantil da Regional Leste, na qual atuo. A intenção é contribuir para uma reflexão sobre as práticas educacionais desenvolvidas nessas instituições acerca da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

A coordenação pedagógica, no âmbito das instituições de ensino, tem como atribuição articular, junto ao corpo docente, a garantia de que as práticas educativas baseadas nas políticas de educação, que visam a melhoria e qualidade de ensino, sejam cumpridas. Ela deve promover, junto aos docentes, reuniões e formações a fim de orientá-los sobre a necessidade constante de elaboração de estratégias pedagógicas que busquem uma educação integral que valorize a diversidade, a pluralidade étnica e cultural nas relações étnico-raciais.

Nesta Perspectiva, este plano de ação objetiva identificar e traçar estratégias junto às coordenações acerca das práticas pedagógicas em relação à diversidade e

as relações étnico-raciais, que venham favorecer uma consequente reflexão e prática também dos docentes das instituições envolvidas nesta pesquisa.

Através de encontros programados utilizando a metodologia de Grupo focal, a proposta foi identificar e situar a percepção dos coordenadores Pedagógicos quanto as práticas educativas voltadas para o trabalho desenvolvido sobre as relações étnico-raciais nas instituições de Educação Infantil da regional Leste, rede própria e rede parceira (creches) e a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Apontando os principais problemas, desafios, demandas, dificuldades, ansiedades, avanços e obstáculos na prática pedagógica acerca dos estudos de história e cultura afro-brasileira e indígena.

O intuito é traçar metas e estratégias de trabalho baseados nas Leis 10.639/03 e 11.645/08, ampliando as percepções do corpo docente no trabalho desenvolvido acerca das relações étnico- raciais a serem alcanças a longo e curto prazo. Buscamos a valorização de identidades diversificadas no ambiente escolar, fortalecendo as relações entre professores e alunos no âmbito das relações étnico-raciais.

Fotografia 1. Encontro Núcleo Étnico-Raciais Regional Leste, 2019



Fonte: Própria auditoria

3. METODOLOGIA

3.1. Grupo focal

A proposta do grupo focal como metodologia usada neste plano de ação com o objetivo de apontar indicadores da percepção dos coordenadores Pedagógicos em relação as práticas educativas voltadas para o trabalho desenvolvido sobre as relações étnico-raciais nas instituições de Educação Infantil da regional Leste da rede própria e rede parceira (creches), e a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Buscamos identificar as dificuldades, desafios e perspectivas para estabelecer estratégias de trabalho que venham a favorecer a temática no Plano de Trabalho, no Projeto Político Pedagógico e nas ações desenvolvidas.

O grupo Focal se insere no modo de pesquisa qualitativo, no entorno de diálogos, onde se incentiva a exposição de ideias dos envolvidos, de modo espontâneo em torno de um foco. Nesta vertente, justifica-se a utilização desta metodologia como instrumento de investigação na identificação de práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Infantil, bem como do trabalho da coordenação pedagógica nesse contexto, considerando que parte das atribuições do coordenador é garantir um trabalho pautado na proposta pedagógica da instituição, assim como a implementação das diretrizes que norteiam a Política Municipal de Educação.

Por se organizar como processo de comunicação nos diálogos estabelecidos, o grupo focal possibilita um levantamento de material para posteriores análises, permitindo a geração de hipóteses, a construção teórica e a construção de instrumentos de trabalho com o intuito de auxiliar o grupo na elaboração de estratégias de trabalho.

Nossa proposta foi a de promover uma reflexão teórica sobre a importância da temática abordada, levando o grupo de coordenadoras a repensar modos de viabilizar, junto ao grupo de professores, o fortalecimento da prática educativa assegurando um trabalho pautado pela implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Pretendemos assim, a tomada de consciência de suas

expectativas/dificuldades, nas trocas de experiências, nas interações estabelecidas, na aceitação das orientações da equipe, na busca de referenciais e no posicionamento em relação ao próprio trabalho.

O grupo focal vem sendo usado há muito tempo, sendo mencionado como técnica de pesquisa em marketing nos anos 1920 e usado por Robert Merton na década de 1950 para estudar as reações das pessoas à propaganda de guerra. Nos anos 1970 e 1980, o uso dos grupos de discussão como fonte de informação em pesquisa foi comum em áreas muito particulares, sendo que no início dos anos 1980 houve a preocupação em adaptar essa técnica ao uso na investigação científica (GATTI, 2005).

Os grupos focais são preferencialmente usados em pesquisas explorativas ou avaliativas, podendo ser a principal fonte de dados ou como uma técnica complementar em pesquisas quantitativas (MERTON, FISK, KENDALL, 1990), ou qualitativas associada às técnicas de entrevista em profundidade e de observação participante (MORGAN, 1997). São identificados contudo, outros propósitos de caráter mais específico na utilização dos grupos focais na pesquisa tais como: focalizar a pesquisa e formular questões mais precisas de investigação, subsidiar a elaboração de instrumentos de pesquisa experimental e quantitativa; orientar o pesquisador para um campo de investigação e para linguagem local, avaliar um serviço ou programa, desenvolver hipótese de pesquisa para estudos complementares (MORGAN, 1997; MINAYO, 2000; VEIGA, GONDIM, 2001; GASKELL, BAUER, 2002)

Esse aporte metodológico permite subentender as motivações e a extensão das visões e experiências sobre o foco criado pelos próprios participantes, permitindo, pela análise realizada, determinar núcleos de significação.

Os núcleos de significação se definem em possíveis momentos de fechamento com relação a ideias centrais que podem ser expostas e, assim nortear caminhos e estratégias coletivas em comum.

[...] temas os mais diversos caracterizados por uma maior frequência (pela repetição ou reiteração), pela importância enfatizada nas falas dos informantes, pela carga emocional presente, pelas ambivalências ou contradições, pelas insinuações não concretizadas. (AGUIAR, OZELLA, 2006, P.13)

Neste sentido, o trabalho com grupos focais permite compreender os seguintes aspectos: processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamento e atitudes. Assim, constitui-se numa técnica importante para o conhecimento das representações, crenças, percepções, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado.

A constituição do grupo focal se faz com sujeitos de pesquisa em questão, além de um moderador. Segundo Morgan (1988), o moderador deve estimular a atenção do grupo para o foco, a fim de não ocorrerem distorções e perda dos objetivos em relação ao assunto proposto, evitando posições tendenciosas dos participantes.

O moderador nunca deve expor suas opiniões ou criticar os comentários dos participantes, apenas conduzir os encontros para que os diálogos não se percam, permitindo que a discussão flua, só intervindo para introduzir novas questões e para facilitar o processo em curso. Assim, cabe a este a criação de um ambiente favorável a uma discussão que propicie aos participantes manifestar suas percepções e pontos de vista.

A interação grupal é a fundamentação do próprio grupo focal, pois:

[...] o centro dos grupos focais é utilizar explicitamente a interação grupal para produzir dados e insights, que de outra forma não seriam obtidos. Portanto, pode-se conceituar grupo focal como uma técnica de pesquisa qualitativa, realizada através de um grupo de interação focalizada, que permite ampla e profunda discussão entre os componentes sobre o tema em foco (GUARESHI 1996 apud ROMERO, 2000, p.60)

Nas interações entre as pessoas, geralmente suscitam uma rica observação de ideias novas e originais além da obtenção pelo moderador, de conhecimentos diretos em relação as atitudes, expressões orais e corporais que permitem uma leitura significativa das falas e expressões. Neste sentido, a observação e análise de gestos e manifestações são fundamentais.

A formação do grupo focal não deve ser feita de maneira aleatória, sendo necessário estabelecer critérios previamente definidos que subsidiem essa seleção. Os participantes podem, por exemplo, frequentar o mesmo ambiente de trabalho, exercitar a mesma profissão, partilhar das mesmas características em nível de

escolaridade, possuem as mesmas condições sociais ou serem funcionários de um único setor público. Baseando-se nesses critérios, torna-se possível a formação de um grupo focal que permita um ambiente favorável as discussões e propicie aos participantes manifestar suas percepções e pontos de vista (MINAYO,2000). Os critérios definidos pelo pesquisador para a formação do grupo focal devem proporcionar um debate aberto que se fundamenta numa discussão racional, na qual, as diferenças de status entre os participantes não sejam levadas em consideração (GASKELL,2000).

É importante atentar-se para o quantitativo de participantes, lembrando que quanto maior o grupo, maior será a dificuldade do moderador em conseguir compreender e registrar as percepções, conceitos e manifestações em torno do debate proposto. Nesse sentido, Pizzol (2004), considera que o tamanho ótimo para um grupo focal é aquele que permita a participação efetiva de todos e a discussão adequada dos temas, sendo considerado satisfatório um número entre seis e quinze participantes por grupo.

3.2. Dialogando com os sujeitos (as)

Como ponto de partida foi enviado, via e-mail, um questionário (em anexo) para todos os coordenadores de Educação Infantil participantes do núcleo de estudos étnico-raciais da Regional Leste. Em um total de quarenta e cinco (45) coordenadores, apenas vinte e seis (26) nos deram retorno. O questionário continha quatro (04) perguntas objetivas e sete (07) abertas, todas relacionadas ao tema deste plano. A formulação das questões visava uma aproximação das coordenadoras com o tema da pesquisa, a fim de tomarem ciência sobre o assunto a ser debatido. Dos vinte e seis (26) questionários respondidos, foram selecionadas cinco coordenadoras para participarem do grupo focal. As selecionadas são coordenadoras pedagógicas de três (03) creches da rede parceira, uma (01) Escola Municipal de Educação Infantil e uma (01) Escola Municipal de Ensino Fundamental com turma de Educação Infantil, Escola Híbrida.

Buscando viabilizar o desenvolvimento do trabalho, adotei como critério para a seleção das participantes, serem coordenadoras de instituições as quais faço

acompanhamento pedagógico, o que favoreceu a logística dos encontros e o envolvimento de todas nas discussões. Por outro lado, os diferentes formatos das instituições das participantes, possibilitou a formação de um grupo oriundo de realidades distintas e de diferentes frentes.

A Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI, atende crianças do recorte etário de 1 a 5 anos de idade. Sua gestão é composta por diretor, vice-diretor, coordenação geral e coordenação parcial. O corpo docente é composto por um total de 20 professores, além de 2 apoios ao educando (profissional que acompanha as crianças com deficiência). Já a Escola Municipal de Ensino Fundamental com turmas de Educação Infantil – Escola Híbrida, possui um quadro gestor e docente maior, pois trata-se de uma instituição com 8 turmas de Educação Infantil e uma turma de cada segmento do ensino fundamental, do primeiro ao quinto ano, sendo um total de quarenta e cinco (45) funcionários entre professores e apoio ao educando. As creches atendem crianças de 0 a 5 anos, e não contam com uma equipe gestora tão ampla como as escolas da rede própria. Sua gestão é composta por um presidente que geralmente responde apenas pelas questões administrativas e um coordenador pedagógico e administrativo, além dos professores e apoio ao educando. Isso torna as creches mais vulneráveis em relação ao acompanhamento pedagógico e às ações desenvolvidas que, de acordo com a Minuta de Convênio com o Município, devem seguir as mesmas Diretrizes que as escolas da rede própria. Nesse contexto, as creches demandam, por parte do Apoio Pedagógico, uma maior atenção. Sendo apenas conveniadas e não parte, de fato, da rede, a maioria pertence a uma mantenedora de cunho religioso, o que favorece ações equivocadas em relação à proposta pedagógica municipal. Isso, frequentemente, gera conflitos e enfrentamentos com as famílias e/ou acarreta desacordos com a Política do Município.

O plano de trabalho foi desenhado para que o grupo focal fosse desenvolvido ao longo de cinco encontros. Entretanto, devido a outras demandas, incompatibilidade de agendas e tempo, nos organizamos em quatro encontros, sendo que o segundo e o terceiro aconteceram no mesmo dia. Além dos encontros, foram realizadas também visitas às instituições e momentos de formação de professores em parceria às coordenadoras.

Em cada encontro do grupo focal, procurou-se manter a atenção máxima aos depoimentos das participantes que expressavam aspectos que interferiam na

construção das práticas pedagógicas como também fatores que causavam tensões e dificuldades na rotina das instituições. O grupo se sentiu muito à vontade e seguro em todos os encontros, o que facilitou a interação e a qualidade dos diálogos estabelecidos. Os encontros foram regados de muita emoção e reflexão acerca do tema proposto, onde o maior desafio da pesquisa estava em aguçar o olhar e ouvir atentamente o grupo.

O primeiro encontro, no dia 11/04, foi a acolhida ao grupo. Todas se apresentaram e logo um vínculo de confiança e partilha de experiências se estabeleceu. O segundo encontro aconteceu em 25/04. Nesse dia, todas expuseram seus sentimentos e percepções sobre as práticas pedagógicas nas diversas instituições que atuam. Isso possibilitou um levantamento de material para posterior análise. Na devolutiva no dia 24/05 refletimos acerca dos apontamentos feitos nos encontros anteriores, com o objetivo de elaborar estratégias de trabalho frente a essa temática. O propósito foi de articular com o grupo as diretrizes e metas a serem alcançadas em cada instituição. Assim, no encontro do dia 28/06 elaboramos um documento, no qual apontamos essas diretrizes e metas, estipulando prazos para que elas fossem aplicadas/desenvolvidas em cada instituição.

As visitas ocorreram durante e após a realização do grupo focal. Nesses momentos foi possível perceber e acompanhar como se dão e como são desenvolvidas as práticas pedagógicas dentro das especificidades de cada instituição.

O questionário enviado via e-mail, semanas antes, às participantes foi o detonador do primeiro encontro. Ele foi elaborado em duas partes, algumas questões básicas de apresentação e exposição de dados pessoais e profissionais, além de questões específicas relacionadas ao tema do plano de ação. A formulação desse questionário visou uma aproximação do grupo de coordenadoras com o tema da pesquisa, a fim de que tomassem ciência do assunto a ser discutido e descrevessem sobre sua prática pedagógica e experiências relacionadas às relações étnico-raciais na Educação Infantil, explicitando seus anseios, expectativas, desafios e avanços.

A dinâmica desse primeiro encontro consistiu na acolhida das participantes. Krueger (1998) e Morgan (1998) recomendam um local para a realização da dinâmica de grupo que seja acolhedor e informal. Um espaço onde o moderador-pesquisador expõe os objetivos da pesquisa, firmando o termo de consentimento, a

autorização do uso de imagem e relatos expostos no grupo, deixando clara a questão ética na pesquisa, além de orientações quanto a dinâmica do grupo focal.

O primeiro encontro do grupo focal se deu no dia 11/04/2019, no período da tarde, na sala de reuniões da Regional Leste e participaram quatro coordenadores de quatro instituições com especificidades diferentes, duas creches, uma escola Híbrida, e uma Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI. A terceira creche justificou sua ausência devido a uma demanda emergencial. A pedido das participantes foi acordado, no primeiro momento, a preservação de sua identidade, assim como o nome real das instituições na qual atuam. Portanto, neste trabalho, identificarei as instituições participantes do grupo focal como CRECHE 1, CRECHE 2, CRECHE 3, EMEI e EH.

Uma mesa de ambientação foi preparada para recepcionar o grupo com café, chá e algumas guloseimas, a fim de tornar o ambiente acolhedor. Foram apresentados os objetivos da pesquisa e conversamos sobre a metodologia proposta, o grupo focal. Esclarecemos nossa intenção de incentivar a participação dos envolvidos de modo espontâneo e em torno das práticas pedagógicas desenvolvidas nas diversas instituições. Explicitamos ainda nosso foco no tema da Educação Infantil voltada para as relações étnico-raciais e implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e da Política de Promoção da Igualdade Racial nas instituições.

Firmamos no primeiro momento todos os combinados acerca da pesquisa, como o uso de nomes fictícios para as instituições e/ou das participantes, autorização para uso de imagem, respeito mútuo frente as opiniões e concepções, compromisso na participação e presença em todos os encontros.

Conversamos sobre o questionário que foi enviado via e-mail, antes do encontro, no qual todas tiveram a oportunidade de relatar um pouco sobre seu trabalho e sua trajetória na Educação. A maioria tem mais de cinco anos de experiência no trabalho com a Educação Infantil, tem conhecimento e apropriação das leis 10.639/03 e 11.645/08 e três delas participam assiduamente dos encontros do núcleo étnico-racial que acontecem uma vez por mês, promovidos pela Regional Leste que, em parceria com a Gerência das Relações Étnico-Raciais/SMED, vem incorporando as diretrizes previstas nas referidas leis e na política de Promoção da Igualdade Racial na cidade de Belo Horizonte.

De acordo com as coordenadoras, as práticas mais comuns desenvolvidas nas escolas referentes ao tema das relações étnico-raciais acontecem por meio de rodas de conversa, contação de histórias do kit de literatura afro-brasileiro, CD's de músicas de repertório africano e indígena, brinquedos, jogos, além de material de estudo dos professores.

Os kits de literatura afro-brasileiros são destinados aos espaços reservados para incentivo à leitura, como cantinho da leitura, brinquedoteca, sala de multimeios ou multiuso nas instituições de Educação Infantil da rede própria e conveniada. São compostos por no mínimo 100 títulos que incluem as temáticas: étnico-racial, indígena, e diversidade cultural. Apesar de todo esse material disponível, as participantes relatam que em muitas instituições ele fica escondido, fora do alcance de todos ou até mesmo ignorado pelo corpo docente.

A resistência de muitos professores em desenvolver práticas voltadas para essa temática é a dificuldade mais destacada pelo grupo. Além disso, elas também relatam um entendimento equivocado por parte de algumas famílias de que o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena envolveria, na verdade, um pressuposto religioso.

A falta de material em algumas instituições e o desinteresse de muitos professores por esse tipo de material também são fatores importantes apontados pelas coordenadoras. Isso configura falta de comprometimento por parte de alguns profissionais, ao mesmo tempo que dificulta a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08.

Por outro lado, as coordenadoras consideram como avanços o enfoque nos projetos anuais relacionados à implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, a participação no núcleo de estudos regionalizados, a formação de professores e a inclusão das famílias nas atividades propostas sobre a temática.

Ao final do questionário cada participante escreveu sobre sua trajetória/práticas pedagógicas envolvendo as relações étnico raciais. A discussão sobre essas trajetórias foi um momento de muita emoção e reflexão. Cada uma trouxe suas recordações mais significativas de vida, desde a infância, lembrando suas experiências enquanto alunas sujeitas às práticas preconceituosas e racistas. Aos poucos, seus sentimentos e impasses enfrentados ao longo de suas trajetórias profissionais foram apresentadas. Esse exercício propiciou uma reflexão sobre o papel que cada uma desempenha hoje a frente do trabalho pedagógico, assim como

a responsabilidade de todas na garantia de práticas efetivas acerca da promoção da igualdade na Educação Infantil.

Nesse primeiro encontro o principal objetivo foi a acolhida e a interação do grupo. Além disso, procurei trazer algumas reflexões sobre o papel do coordenador na instituição de ensino e os fatores que contribuem e que dificultam o trabalho voltado para a promoção da Igualdade, uma vez que a coordenação acompanha diretamente o trabalho do corpo docente. Desta forma, refletimos sobre:

- a) A importância do planejamento e do Projeto Político Pedagógico.
- b) Conhecer e divulgar as Leis 10.639/03 e 11.645/08.
- c) Adequar as atividades propostas para a Educação Étnico-Racial.
- d) Estimular a interdisciplinaridade.
- e) Atentar-se para situações de preconceito racial.

O 2º encontro aconteceu no dia 25/04/2019, tendo a presença de todas as participantes. Iniciamos com uma dinâmica usando o poema “Procura-se”.

Procura-se

Mais gente para trabalhar e menos gente para criticar.

Mais gente bem-humorada e menos gente queixosa e murmuradora.

Mais gente que faz e menos gente que fala.

Mais gente para dizer que vai dar certo e menos gente para dizer que é impossível.

Mais gente para inspirar o outro e menos gente para jogar balde de água fria.

Mais gente para se envolver nos problemas e menos gente para ficar sentada a beira do caminho.

Mais gente para indicar o que é certo e menos gente para mostrar o que está errado.

Mais gente que ama a generosidade e menos gente que ama o dinheiro e é avarenta.

Mais gente que firma seus valores e menos gente que abandona seus sonhos.

Autor desconhecido.

Sob a inspiração do poema, as coordenadoras foram convidadas a refletir sobre as atribuições do professor da Educação Infantil. Elas foram convidadas a

escrever um anúncio para contratação de uma professora para trabalhar em sua instituição. Para tanto, a primeira tarefa do grupo foi estabelecer os requisitos necessários ao candidato para assumir a função de professor de Educação Infantil. Foram identificadas as seguintes características: ter amor pela profissão, dedicação, imaginação e criatividade, respeito ao desenvolvimento da criança, comprometimento, afinidade por crianças pequenas, habilidades de cuidar e educar, ser habilitado e ser capaz de respeitar a história de vida de seus alunos e familiares.

Fizemos uma breve discussão a respeito das atribuições do professor de Educação Infantil. Foram levantados pontos que nos permitiram estabelecer um contraponto entre o atendimento assistencialista e o atendimento educacional ampliando a reflexão a respeito da qualificação profissional. A meta central da atividade foi o reconhecimento do professor de Educação Infantil. Quem é este sujeito? Quais são os quesitos para ocupar este cargo? Os anúncios foram afixados em um mural para apreciação do grupo, possibilitando a análise das características identificadas pelas coordenadoras. Observou-se que ainda existe a percepção de que o profissional que atua neste segmento precisa ter características voltadas para a afetividade. O que levou o grupo a perceber que para consolidar o perfil do profissional que atua na Educação Infantil é importante desprender-se dos laços afetivos traçando um caminho de formações iniciais e continuadas fortalecendo as práticas educativas

Após a dinâmica, iniciamos o grupo focal tendo como tema gerador as Leis 10.639/03 e 11.645/08 e a Política de Promoção da Igualdade racial. A discussão foi conduzida visando a troca de experiências, opiniões, conhecimentos, sentimentos e vivências acerca do trabalho desenvolvido nas instituições, levando em consideração o principal papel do coordenador que é planejar, orientar, articular e avaliar os projetos de trabalho, assim como, a construção e execução do Projeto Político Pedagógico e Implementação das Leis.

Foram usadas tarjetas de cores diferentes onde cada participante nomeou o que mais a incomoda, o que mais a alegra, quais são os maiores desafios enfrentados e suas perspectivas acerca do trabalho com as relações étnico-raciais e a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 na sua instituição. As tarjetas amarelas indicavam os incômodos, as verdes, os desafios, as laranjas, as alegrias e as de cor rosa, as perspectivas acerca do trabalho desenvolvido em cada instituição.

Foi um momento tenso com divergências de opiniões, onde ficaram claras as especificidades e fragilidades de cada instituição.

O único incômodo apontado pelo grupo está associado às crenças e à religiosidade bastante evidentes, mesmo porque, algumas instituições da rede parceira têm como mantenedoras igrejas evangélicas, que consideram algumas práticas como, por exemplo, tocar tambores, oriundos de “macumba”. Assim, o grupo apontou como caráter de urgência a busca por ações que promovam a desmistificação de algumas crenças, aprofundando mais a temática junto às instituições através de formações e estudos.

Foram apontados muitos desafios na prática pedagógica relacionados à implementação das Leis como a falta de diálogo que muitas vezes é substituído por enfrentamentos e discussões. Resistências ancoradas em valores e crenças acompanhados de julgamentos, tanto da família, quanto de professores que ainda necessitam ampliar seus olhares e aprofundar seus estudos baseados na temática. A postura de algumas famílias que se sentem invadidas, não aceitando algumas práticas pedagógicas como o livro de literatura, a roda de conversa e/ou oficinas com temáticas étnico-raciais. Elas julgam que essas práticas não estejam de acordo com suas crenças e concepções. A tradição de comemorações e eventos nas escolas como festa junina, páscoa e natal que são baseados no calendário do cristianismo, também estão na lista dos desafios uma vez que, algumas famílias praticantes de religiões não cristãs, não concordam com a participação dos filhos, gerando conflitos e desconfortos nas relações entre família e escola.

O grupo apontou a necessidade de ressignificar as práticas pedagógicas de maneira a não favorecer nenhuma religião, uma vez que as crenças religiosas têm sido um grande desafio tanto para a aceitação das famílias, quanto para as práticas pedagógicas de alguns professores que não concordam em trabalhar a temática étnico-racial devido ao fato de estabelecerem relação com as crenças africanas como o Candomblé e a Umbanda. A formação de professores também é questionada e se torna um dificultador, uma vez que são ofertadas em horário de trabalho, o que torna necessário que as escolas se organizem internamente para a liberação dos profissionais. Algumas vezes, essa reorganização gera transtornos ou até mesmo a impossibilidade de liberação dos profissionais para participação. O que gera constantes conflitos entre a escola e o profissional que entende ter seu direito

violado quando não é possível a articulação com a escola para participar das formações.

Dentre as alegrias foram apontadas a inovação das práticas pedagógicas e maior aceitação e participação das famílias no trabalho desenvolvido com as crianças. O diálogo entre professores e o interesse em participar de formações e estudos sobre a temática têm sido vistos como impactos positivos no trabalho de implementação das leis.

Dentre as perspectivas está a desmistificação de conceitos e preconceitos envoltos em trabalhos voltados para as questões étnico-raciais e a ousadia e inspiração para o desenvolvimento de novas práticas. Há também a expectativa de investimentos em formação de professores e materialidade para as instituições como brinquedos e livros de literatura de cultura africana, afro-brasileira e indígena para apreciação e manipulação das crianças e materiais para estudo de enriquecimento e ampliação intelectual dos professores.

Após a identificação e discussão a respeito dos incômodos, alegrias, desafios e perspectivas, a proposta de trabalho foi registrar cartograficamente através de imagens recortadas de revistas, símbolos ou palavras que representassem seus medos e ansiedades vividos acerca das práticas pedagógicas desenvolvidas nas relações étnico-raciais. Ao registrar cartograficamente usando imagens recortadas de revistas e palavras, representando seus sentimentos, medos e ansiedades vividas no desenvolvimento de seu trabalho na Educação Infantil dentro da temática das Relações étnicos raciais, o grupo de coordenadoras concluiu que nas práticas pedagógicas temos que lidar mais com os desafios do que com as alegrias incômodos e perspectivas. Apontaram que se vencerem os desafios, mais facilmente superarão as perspectivas, mas a pergunta é, como? Reavaliando as práticas pedagógicas que são desenvolvidas pelas instituições? Oferecendo formação de professores? Favorecendo a participação e repasse das reuniões do núcleo étnico-racial?

Algumas instituições já incorporaram as leis 10.639/03 e 11.645/08 em seu Projeto Político Pedagógico e desenvolvem projetos ao longo do ano letivo, porém ainda é necessário ampliar o olhar para avançarmos para além da contação de histórias e brincadeiras. O que evidencia a necessidade de que todo o processo de cuidar e educar caminhe junto com o respeito, a desmistificação de conceitos e o

combate ao preconceito velado tornando as leis como parte integral do currículo e não uma obrigatoriedade.

As coordenadoras de todas as instituições relatam que já houve muitos avanços neste sentido e foram realizadas iniciativas e investimentos por parte de seus gestores em materialidade e formação de professores, além de promoção de rodas de conversas com as famílias e apresentações com a temática indígena, africana e afro-brasileira como dança com tambores, gincanas nas festas da família com brincadeiras africanas, oferta de aula de capoeira e makulelê para as crianças da educação infantil, oficinas de brinquedos africanos e o dia dos dengos e cafunés. Este último, tem sido uma ação de mobilização desenvolvida pelas instituições junto à comunidade escolar que acontece uma vez por ano no mês de agosto, entretanto o grupo considera que ela pode e deve acontecer durante todo o ano letivo. A ideia é contribuir para o engajamento das crianças, famílias e profissionais da educação em dinâmicas escolares e comunitárias que promovam vivências nas quais as diferenças sejam experienciadas enquanto características de pertencimento e não como referências valorativas entre os grupos.

O grupo aponta que, apesar de todo o trabalho e investimento que tem sido feito neste sentido, todos sempre vivenciam em suas rotinas, constantes embates e enfrentamentos envolvendo as famílias e professores em relação às práticas desenvolvidas por considerá-las desnecessárias ou até afrontosas às crenças e tradições. No compromisso de manter o sigilo dos depoimentos, assim como das instituições envolvidas, apenas cito alguns relatados dos participantes do grupo focal, envolvendo essas dificuldades:

- a) Após o desenvolvimento, junto às crianças, de uma oficina sobre a boneca Abayomi, uma família enfurecida fez uma denúncia junto a Diretoria Regional de Educação Leste afirmando se tratar de uma boneca ligada a macumbaria.
- b) Na intencionalidade de cuidar das crianças, a professora sempre penteava os cabelos das meninas. No entanto, ela deixava as meninas de cabelo crespo por último, por julgar ser um cabelo mais difícil de cuidar.
- c) Algumas professoras, habitualmente, fazem, com a participação da turma, orações na chegada, antes das refeições e de agradecimento.

Geralmente, essas orações remetem a uma religião específica em detrimento das outras.

- d) Intolerância, por parte de profissionais, em lidar com crianças de comportamento agressivo e agitado retirando-as do convívio dos demais.
- e) Resistência de professores em contar histórias que tratam das temáticas étnico-racial e indígenas.
- f) Falta de interesse de professores em participar de formações que tratam das relações étnico-raciais.
- g) Ações equivocadas de profissionais com o desenvolvimento de trabalhos voltados para o cuidar educando e educar cuidando.
- h) Resistência por parte dos professores em desenvolver ou participar de projetos institucionais com a temáticas étnico-raciais.

O Plano Nacional de Educação, aprovado em junho de 2014, avança quando afirma a erradicação de todas as formas de discriminação. No entanto, para que sejam combatidas, elas precisam antes ser identificadas, processo nem sempre tão simples, uma vez que a naturalização de comportamentos discriminatórios e preconceituosos são corriqueiros nos espaços educacionais e em muitos casos não são vistos como intencionais.

Ao analisar o que pode e deve mudar, o que persiste e o que está em processo de transformação nas discussões e propostas de trabalho que envolvem as relações étnico-raciais, cada coordenadora expôs seu ponto de vista. Por fim, concluímos que é necessário refletir sobre nossas posturas envolvidas as práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições. Além disso, é fundamental que a comunidade escolar seja convidada a atuar de forma propositiva neste movimento de busca a coexistência e a convivialidade, desenvolvendo e divulgando ações que promovam a interação das crianças com as culturas africanas, afro-brasileiras, indígenas, assim como, quilombolas e/ou ciganos. A proposta é desenvolver ações pedagógicas de enfrentamento às práticas discriminatórias nas escolas, bem como fomentar estratégias de promoção da igualdade, reconhecendo e respeitando a diversidade. A articulação entre técnicas e estratégias com uma postura pedagógica crítica e transformadora viabiliza o trabalho desenvolvido, oferecendo condições para a construção de uma consciência de grupo. Para tanto, é necessária uma revisão de valores e atitudes culturais e sociais até então introjetados e aceitos sem discussão.

A docência é um exercício educativo orientado para a transformação, por meio de uma relação dialógica e participativa, o que faz da escola cenário de conflitos e espaço para a promoção do diálogo.

Ao longo da construção do grupo focal, buscamos refletir sobre a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08 nas práticas da educação infantil, seus desafios, perspectivas e conflitos. Observa-se que, em algumas instituições, as leis foram implementadas e que, nas práticas desenvolvidas por algumas professoras, o respeito às especificidades das crianças, bem como a valorização do protagonismo infantil, estão presentes. Foram relatadas experiências positivas e negativas acerca do trabalho desenvolvido pelas escolas. Essas experiências negativas nos preocupam, uma vez que a Educação Infantil é o alicerce das interações para as crianças pequenas.

A devolutiva dos encontros do grupo focal aconteceu no dia 24 de maio. O objetivo deste encontro foi levar o grupo a perceber e identificar quais mudanças seriam necessárias, de maneira a abranger a temática das relações étnico-raciais nas instituições em que cada um atua, assim como o papel e ações das coordenações nesse processo. As mudanças apontadas pelo grupo foram:

- a) Rever as práticas que vêm sendo desenvolvidas.
- b) Investir em formação de professores.
- c) Rever as práticas que vêm sendo desenvolvidas.
- d) Desenvolver experiências multiculturais que valorizem e dialoguem com a diversidade de valores, crenças e costumes trazidos pelas crianças e suas famílias.
- e) Reconhecer e valorizar a diversidade cultural da comunidade escolar.
- f) Estabelecer relações de respeito entre professores e alunos.
- g) Propor ações práticas que estejam em consonância com a igualdade, respeito e ética.
- h) Promover intervenções frente às manifestações segregatórias, discriminatórias e preconceituosas.
- i) Atualizar e organizar o Projeto Político Pedagógico (PPP) considerando as questões étnico-raciais.
- j) Adquirir materiais que contemplem as leis 10.639/03 e 11.645/08.
- k) Promover ações educativas sobre essa temática com a comunidade escolar.
- l) Desenvolver ações pedagógicas de enfrentamento às práticas discriminatórias.

- m) Fomentar estratégias de promoção da igualdade reconhecendo e respeitando a diversidade.
- n) Promover círculos restaurativos entre os professores.
- o) Efetivar ações previstas das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Após as dinâmicas e a devolutiva do material coletado nos momentos de interação, foi proposta a formação de um núcleo de significação, para o qual o grupo apontou ações e estratégias de trabalho, como apresentado à frente. Pretende-se que essas ações e estratégias sejam desenvolvidas junto aos professores e educadores das instituições de atuação dos coordenadores participantes. A intenção foi possibilitar, aos profissionais, o desenvolvimento de um conjunto de competências e habilidades voltadas para o estudo das Relações étnico-raciais conforme prevê as Leis 10.639/03 e 11.645/08.

3.3. Núcleo de significação

De acordo com AGUIAR (2013), o núcleo de significação é um momento de fechamento do grupo focal norteando caminhos e estratégias de trabalho coletivo. Neste caso, o núcleo de significação foi constituído em resposta à necessidade manifesta pelo grupo de coordenadoras participantes do grupo focal que foi desenvolvido neste plano de ação; acerca do aprimoramento das práticas pedagógicas nas relações étnico-raciais que tem sido desenvolvido nas instituições de Educação Infantil da Regional Leste.

Baseando-se em toda a trajetória das dinâmicas que foram desenvolvidas, as coordenadoras evidenciaram a necessidade de criar metas a serem alcançadas ao longo do ano de 2019, com o intuito de dar maior enfoque e significado ao trabalho que vem sendo desenvolvido, no sentido de implementar efetivamente as Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas instituições que atuam.

As metas e períodos de execução das atividades a serem cumpridas, propostas no núcleo de significação, foram definidos a partir das reflexões e questões discutidas no grupo focal. O quadro a seguir é uma sistematização do trabalho a ser realizado e das discussões que tivemos.

Tabela 1. Metas, autores e período de execução

Metas	Atores	Período de execução
Círculos restaurativos de Diretrizes de trabalho.	Coordenação, professores gestão escolar, regional	Imediato
Atualizar e inserir no Projeto Político Pedagógico as leis 10.639/03 e 11.645/08.	Coordenação, professores gestão e comunidade escolar	Curto prazo
Promover formação continuada de professores com base nas diretrizes curriculares Municipal para as relações étnico-raciais.	Gestão	Imediato
Adequar as estratégias de ensino de maneira a promover a igualdade racial.	Coordenação, professores gestão	Imediato
Incentivar a participação de um representante da instituição no Núcleo de estudos étnico- raciais da regional Leste.	Coordenação, professores gestão e comunidade escolar	Imediato
Manter permanente diálogo na instituição de ensino garantindo a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08.	Coordenação, professores gestão e comunidade escolar	Imediato
Fortalecer a relação família-escola proporcionando maior interação e participação da família no espaço escolar.	Coordenação, professores gestão e comunidade escolar	Curto prazo
Aquisição de materiais didático-pedagógicos que respeitem e promovam a diversidade.	Gestão	Curto prazo
Preenchimento da Ficha de anamênese (documento obrigatório para todas as crianças da Ed. Infantil, a fim de estabelecer um contato mais próximo com as famílias).	Professores	Imediato
Promover oficinas de jogos, brincadeiras e contação de histórias.	Gestão e coordenação	Curto prazo
Aquisição de livros literários, organização de cantinhos da leitura sobre a temática étnico-racial.	Gestão	Curto prazo
Construir coletivamente alternativas pedagógicas de trabalho.	Gestão, coordenação e professores	Imediato
Planejamento de Formações	Gestão, coordenação e professores	Imediato

Fonte: Própria auditoria

As metas de intervenção elaboradas pelo grupo, consideram a vivência da problemática na rotina das instituições, propondo a inserção dos alunos em práticas baseadas na criatividade, na diversidade e na realização de ações pedagógicas que estimulem o protagonismo e a participação ativa dos sujeitos.

Conclui-se que a técnica do grupo focal propiciou momentos de profunda reflexão acerca do papel da coordenação e sua articulação junto ao grupo de professores e suas práticas pedagógicas voltadas ao tema das relações étnico-raciais, assegurando assim a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 na

Educação Infantil. O processo permitiu, ainda, uma maior compreensão sobre as formas pelas quais cada coordenadora tem vivenciado suas práticas.

3.4. Protagonismo em rede

A prefeitura de Belo Horizonte, através de parcerias e investimentos em congressos, seminários e formação continuada vem incentivando a qualificação e valorização dos profissionais da educação.

As formações são consideradas de suma importância, uma vez que se trata de um momento reflexivo, de fortalecimento da prática educativa, assim como da identidade profissional.

Investimentos em especialização, cursos e formações são ações que visam a adequação do currículo tornando o profissional da Educação Infantil um pesquisador/investigador que se propõe ao contínuo exercício de ver, analisar, ouvir e refletir sobre suas práticas.

Uma das atribuições do Apoio Pedagógico que acompanha as instituições, é contribuir efetivamente para a formação de professores e educadores pautando-se nas resoluções Municipais, e nas Proposições Curriculares para Educação Infantil, levando para as instituições discussões e formações no intuito de aperfeiçoamento do trabalho e qualificação dos profissionais.

Como uma das metas a serem alcançadas, apontadas pelo núcleo de significação, foi planejada junto as coordenadoras envolvidas no plano de ação formações para serem realizadas nas instituições junto ao grupo de professores a fim da consolidação das metas que foram estabelecidas pelo grupo focal.

No calendário escolar da rede parceira (creches) está previsto um dia por mês, no qual os professores participam de formações, seminários, congressos encontros ou reuniões de planejamento. No total são nove dias ao longo do ano letivo, nos quais os alunos são dispensados para que os professores possam participar dessas atividades. Na rede própria, EMEIS e Escolas Híbridas, as formações ou reuniões acontecem nos horários de extraclasse. A participação em congressos seminários ou cursos fora da instituição de trabalho só são possíveis mediante acordos de dispensa ou organização interna de cada instituição.

As formações relatadas neste trabalho aconteceram em datas posteriores aos encontros do grupo focal, com o intuito de promover rodas de conversas junto aos professores. O objetivo foi levar aos docentes subsídios teóricos, promovendo diálogos acerca do trabalho referente às relações étnico-raciais desenvolvidos na prática pedagógica e verificar o cumprimento das metas que foram elaboradas pelas coordenadoras no grupo focal.

As formações foram planejadas de acordo com as especificidades ou necessidades apontadas pela coordenadora de cada instituição. As formações acontecerem nas creches 1, 2 e 3 e EMEI. Ela não se realizou apenas na Escola Híbrida devido a organização dos tempos e adequação da rotina escolar.

Fotografia 2. Formação Creche1, 2019



Fonte: Própria auditoria

3.5. Construindo a identidade escolar (Projeto Político Pedagógico)

A primeira formação após o grupo focal, aconteceu na creche 1, onde abordamos a importância do Projeto Político Pedagógico para a escola. Participaram da formação a coordenadora e o grupo de seis professoras. Iniciamos com uma conversa informal sobre o que é o Projeto Político Pedagógico e sua importância. Na proposta curricular deve ficar claro o que será ensinado e qual será a metodologia adotada, além das diretrizes adotadas pela instituição para avaliação da

aprendizagem. A construção deste documento deve ser colaborativa, envolvendo toda a comunidade escolar. Essa ferramenta deve ser completa, funcionando como um guia para o grupo e ela deve ser adaptada às necessidades de cada estudante.

Nesse encontro foram apresentados slides sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP). Em um segundo momento, todas as professoras deram suas contribuições adequando-o de acordo com a realidade da instituição. Para tanto, consideraram o contexto das famílias das crianças atendidas, a análise socioeconômica, a estrutura física, os recursos tecnológicos, as atribuições dos profissionais, a formação exigida e as diretrizes pedagógicas.

Conversamos sobre o ensino de história e cultura Afro-brasileira e Africana. Foi ressaltado que esse trabalho acontece de maneira esporádica, marcando eventos e ações isoladas como a semana da Infância, no mês de agosto, quando são propostas brincadeiras e jogos africanos com as crianças. Outro evento lembrado foi o dia dos Dengos e Cafunés quando são promovidos desfiles com as crianças e contação de histórias com narrativas sobre a temática.

Foram apresentadas as Leis 10.639/03 e 11.645/08. O grupo mostrou muitas dúvidas e trouxe vários questionamentos acerca do trabalho a ser desenvolvido em atendimento a essas leis. Alguns desses questionamentos foram: Onde encontrar materialidade, como livros que tratam da temática? Como envolver as famílias neste trabalho?

O primeiro passo foi encontrar subsídios para o trabalho nas proposições Curriculares para a Educação Infantil e nas Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações étnico- raciais. O segundo passo foi acrescentar na atualização do documento Projeto Político Pedagógico (PPP) as Leis 10.639/03 e 11.645/08. Definimos também um representante da instituição para participação efetiva no núcleo de estudos étnico-raciais que acontecem uma vez por mês na regional Leste. Por fim, ficou acordado que esse representante garantirá o repasse dos estudos para todo o grupo em momentos de estudos, com o intuito de subsidiar o grupo no estabelecimento de metas de trabalho.

Após este encontro, a creche¹ vem criando estratégias de trabalho junto às famílias e desenvolvendo ações que estão influenciando positivamente as relações interpessoais na instituição. Alguns exemplos são a festa da família que foi totalmente pautada na diversidade e promoção da igualdade, por meio de oficina de turbante, contadores de história da comunidade e gincanas com brincadeiras e jogos

africanos. Essas ações também garantiram a participação da instituição na Semana da Educação promovida pela Secretaria Municipal de Educação, no mês de setembro. A creche participou do evento, expondo para toda a cidade os trabalhos feitos pelas crianças, além de suas ações desenvolvidas acerca das relações étnico-raciais, da participação efetiva da instituição nos núcleos de estudos étnico-raciais e aquisição de materiais didático-pedagógicos.

Fotografia 3. Tenda Brincante, Parque Municipal, 2019



Fonte: Fonte: Própria auditoria

3.6. Cuidar e Educar

A segunda formação aconteceu na EMEI e contou com a participação das coordenadoras geral e parcial, da vice-diretora e de vinte professoras. A pauta foi o “cuidar e educar” nas relações étnico-raciais. Refletimos sobre o que é ser professor da Educação Infantil, a partir de temas como as vivências educativas, a superação da concepção assistencialista e como superar o desafio de garantir que o trabalho na Educação Infantil seja totalmente alicerçado por práticas educativas de ensino efetivas.

De acordo com a LDB 9.493/96, a escola é reconhecida como espaço educativo que deve possibilitar vivências e experiências de forma intencional, a fim

de garantir o desenvolvimento integral da criança. Nessa perspectiva, o professor de Educação Infantil deve oferecer estímulo, criar estratégias e situações que estimulem a curiosidade e visem o desenvolvimento e a aprendizagem de maneira a garantir as interações entre os pares, proporcionando e promovendo as relações.

Iniciamos o encontro com a música “seu olhar” de Arnaldo Antunes, a partir da qual conversamos sobre o olhar atento do professor. As professoras trouxeram situações vividas nas questões do cuidar educar, onde são exigidos um olhar cuidadoso, despido de julgamentos e preconceitos.

Na Educação Infantil o atendimento é voltado a crianças de 0 a 5 anos. Isso exige do profissional que ele desempenhe ações relacionadas ao cuidar e educar que são indissociáveis. Assim, faz-se necessário atribuir saberes pedagógicos aos cuidados que se devem ter para com as crianças pequenas como: banho, trocas de fraldas, assistência ao uso do banheiro e higiene bucal, auxílio na alimentação.

As professoras relataram sobre a dificuldade em entender como se dá efetivamente o cuidar e o educar, uma vez que não vêm possibilidades de desenvolver um trabalho efetivo de educar com as crianças da instituição. Já que o atendimento é feito a crianças na faixa etária de 1 a 5 anos. Ressaltam que o cuidar se sobressai, uma vez que o perfil das crianças atendidas é de alta vulnerabilidade, em sua maioria negras, pertencentes a famílias organizadas de maneiras diferentes. As professoras se deparam com diversas situações delicadas envolvendo maus-tratos e negligência, onde o direito da criança não é respeitado. Visando a interlocução e respeito mútuo entre família e escola, pautamos nossa conversa no nosso objetivo maior, a criança. Buscamos subsídios para nossa reflexão nas Proposições Curriculares para Educação Infantil (2016, p.59) que define:

Escola e família são âmbitos separados que precisam coexistir e complementarem-se durante um período significativo da vida de crianças e adolescentes. Em função disso, torna-se essencial buscar conjuntamente, maneiras de compreensão das especificidades de cada uma destas instituições e formas colaborativas de atuação.

Diante desta reflexão, convidei o grupo a despir-se de apontamentos e julgamentos às famílias, estabelecendo estratégias de trabalho que tenham a criança como foco, respeitando suas competências e habilidades e procurando, dentro do possível, estabelecer diálogos de parceria e inserção das famílias na vida escolar das crianças.

Mesmo tratando-se da Educação Infantil, a vivência de práticas discriminatórias é elemento de forte interferência na relação “cuidar e educar”. Portanto, é importante atentar-se para conceitos e concepções que desvalorizam e inferiorizam crianças em situação de vulnerabilidade. As práticas com intencionalidades educativas contribuem significativamente com a formação da identidade da criança. Além disso, é fundamental que a escola implemente vivências que valorizem a equidade e o respeito. Ressaltamos que é de extrema importância que o grupo reflita a respeito de suas concepções pessoais que inconscientemente podem fortalecer o preconceito e a discriminação. Essa prática, priva a criança de seu direito a educação, de ter seus saberes e conhecimentos acolhidos e ampliados, de maneira a favorecer positivamente seu desenvolvimento e contribuindo para a construção de sua identidade.

Com o objetivo de proporcionar segurança e o entendimento de todas as ações que devem ser desenvolvidas cotidianamente, as rotinas são elementos estruturadores para as crianças no ambiente institucional. Elas possibilitam a organização dos tempos e das práticas diárias, levando as crianças a compreenderem o papel e a função dos ambientes da escola, além de proporcionar autonomia e independência no uso dos tempos e espaços. Baseados na importância dessas atividades, organizamos o quadro da rotina visando a diversificação de experiências que possibilitem modalidades diferenciadas de aprendizagem, de forma a promover a interação das crianças e as infinitas possibilidades do cuidar educando e do educar cuidando. Isso é o que diferencia o atendimento escolar institucional das intencionalidades educativas.

Sugeri aos professores o estudo sistemático das Proposições Curriculares para Educação Infantil, assim como o material de Leitura e Escrita para Educação Infantil. A intenção foi trazer possibilidades de trabalho, ampliação do olhar e estratégias de trabalho que contemplem o educar valorizando a identidade das crianças atendidas e respeitando as especificidades de cada uma e de suas famílias.

No mês de setembro a instituição participou da semana da Educação promovida pela Secretaria Municipal de Educação levando para as ruas da cidade a Tenda Literária com diversos títulos de histórias afro-brasileiras, africanas e indígenas. A tenda faz parte da rotina da instituição. Nela as crianças têm livre acesso, assim como suas famílias, enriquecendo a rotina escolar, fortalecendo as

ações acerca da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e fazendo cumprir o plano de metas estabelecido pela coordenadora no grupo focal.

3.7. Restaurando as relações

A terceira formação foi em forma de círculo restaurativo na creche 2 sobre Diretrizes de trabalho. Neste encontro participaram cinco professoras e a coordenadora. O encontro ocorreu em formato de Círculo Restaurativo, prática que está fundamentada na ideia de restaurar conflitos estabelecidos em um grupo ou tomadas de decisões. No círculo desenvolvemos um conjunto de diretrizes para a equipe de trabalho. Os acordos estabelecidos foram a respeito de como trabalham juntos e como tratam uns aos outros.

Neste caso o objetivo foi restaurar conflitos estabelecidos, com o intuito de desenvolver um conjunto de acordos sobre como se dará o trabalho na instituição pautado na diversidade, respeito mútuo e promoção da igualdade racial.

O círculo é um ritual e em seus significados está a ideia de comunidade, uma vez que para se formar um círculo são necessárias mais de duas pessoas. A ideia singular e democrática também está presente. Sentar-se em roda mostra que todos estão incluídos de maneira igual o que transmite solidariedade e democracia. O círculo é uma ferramenta poderosa para função básica de restabelecer as relações e os vínculos desconectados.

Elementos essenciais na construção do círculo:

- a) Dispor os participantes em círculo.
- b) Cerimônia de abertura: o marco que inicia o círculo.
- c) Peça no centro do círculo: Ponto de referência que dá suporte representando valores promovendo a sensação de colhimento, e que pode estar relacionado com o tema do círculo.
- d) Objeto da palavra: é passado de pessoa por pessoa o que permite que, quem esteja com o objeto, não seja interrompido e os ouvintes mantenham o foco na escuta.
- e) Identificação de valores: discutir os valores que julgam importantes e queiram trazer para o diálogo.

- f) Geração das Diretrizes com base nos valores: definição das Diretrizes e padrões a serem seguidos.
- g) Perguntas norteadoras: perguntas para estimular o diálogo.
- h) Acordos: as decisões que foram tomadas no círculo onde todos se responsabilizam.
- i) Cerimônia de encerramento: momento de reflexão, que pode ser silencioso ou um momento cultural.

O facilitador do círculo, assiste o grupo estimulando as reflexões e trazendo perguntas norteadoras e conduzindo todo o processo de modo a assegurar o bem-estar de todos os envolvidos.

A cerimônia de abertura foi um momento cultural com a música “Ando devagar”, de Almir Sater, o que levou todos a refletirem sobre sua construção como professor de Educação Infantil e suas relações estabelecidas no ambiente de trabalho. Na primeira rodada cada um disse como estava se sentindo. Como saiu de casa. Quais sentimentos estava trazendo consigo.

Foi apresentado o centro do círculo com fotos minhas enquanto estudante e de minha trajetória profissional com intuito de levar o grupo a refletir sobre sua própria história e sua trajetória na educação. O objeto de fala foi uma caneta que ganhei de uma mãe de aluno há muitos anos, mas que significa muito para mim, foi o primeiro presente que recebi como reconhecimento do meu trabalho. Expliquei a todas como se dá a dinâmica do círculo restaurativo e partimos para a segunda rodada.

As participantes foram convidadas a escrever o que julgam ser importante no trabalho desenvolvido com seus alunos e cada uma apresentou o valor escrito agregando-o ao centro do círculo. Apareceram o amor, o comprometimento, a formação continuada, a interação com as famílias, trabalho em equipe, articulação com a coordenação.

Na terceira rodada cada participante contou sua trajetória profissional, seus desafios e anseios na prática pedagógica. Foi um momento de muita emoção e reflexão acerca do papel da professora, assim como se dá sua interação com seus alunos no ambiente de trabalho.

A quarta e última pergunta foi: como aprofundar criativamente o trabalho pedagógico nas relações étnico-raciais?

Com esta pergunta, cada participante dialogou a respeito de seus desafios e dificuldades em lidar com situações relacionadas ao “cuidar e educar”, refletindo sobre a sua prática e suas diretrizes de trabalho e como se dão suas interações com o grupo.

Este círculo foi um momento em que o grupo refletiu sobre sua postura, dando significado às suas práticas, fortalecendo a equipe de trabalho, proporcionando empatia e conexão. Neste momento, foi proposto um conjunto de acordos sobre como os adultos vão trabalhar juntos na escola, de modo que apresentem um modelo efetivo e respeitoso de interação.

Na cerimônia de encerramento ouvimos a música “Admirável gado novo” de Zé Ramalho. Ressalta-se que as relações estabelecidas entre sujeitos devem pautar-se no respeito e no reconhecimento da diversidade visando práticas colaborativas e o trabalho em equipe o que contribuirá para o pleno desenvolvimento das crianças atendidas.

Fotografia 4. Círculo Restaurativo, creche 3, 2019



Fonte: Própria auditoria

3.8. Organização dos espaços

A quarta formação foi na creche 3, onde conversamos sobre a organização dos espaços proporcionando a autonomia das crianças e aquisição de materialidade

de maneira a favorecer as práticas voltadas para as relações étnico-raciais. Tivemos como leitura preliminar as Proposições Curriculares para Educação Infantil, pag. 119 a 125.

Neste encontro, fizemos um tour pela instituição com o objetivo de identificar os empecilhos/ dificuldades/desafios para o melhor desenvolvimento de práticas educativas. Durante o passeio pela instituição fomos dialogando a respeito do que estudamos e de como a instituição estava organizada.

Observamos que as salas de aula estavam com excesso de móveis dificultando a circulação das crianças e adultos impossibilitando a criação de cantinhos temáticos como o de leitura e possíveis momentos de roda de conversa. Outro apontamento foi em relação a disponibilidade de materiais ao alcance das crianças proporcionando a autonomia no uso/seleção de materiais. Os objetos de uso pessoal como mochilas e copos ficam guardados em escaninhos onde as crianças não alcançam. A disposição dos murais, quadro e espelhos também limitam o acesso das crianças. Ao observar os brinquedos percebemos a ausência de bonecas negras e livros de literatura que tratam de histórias com as temáticas afro-brasileira, africana e indígena.

É de responsabilidade das instituições promover a igualdade étnico-racial, selecionando e adquirindo brinquedos e materiais que estejam presentes, bonecos e bonecas negros e brancos e de outras etnias que julgar necessária, tapetes, cortinas, almofadas que tragam padronagens indígenas e africanas, quadros, potes vasilhame, roupas e adereços das diversas origens étnicas das crianças que frequentam a instituição (Proposições Curriculares para Ed. Infantil, pag.125, fundamentos).

Após a observação dos espaços, as professoras juntamente com a coordenadora, listaram todos os aspectos relevantes, tendo como subsídio teórico a leitura do documento Proposições Curriculares para a Educação Infantil, feita preliminarmente. Isso causou um grande incômodo ao grupo, uma vez que estavam acomodadas acostumadas às mesmas práticas repetitivas e rotineiras, sem atentar-se para novas possibilidades. Percebi que ainda teremos que fazer novos encontros com o intuito de readequar e desmistificar concepções que não promovem a diversidade e autonomia das crianças. Trata-se de um grupo com práticas tradicionais de ensino, no qual o adulto é o centro do cotidiano pedagógico, impossibilitando o protagonismo das crianças, assim como a interação com as

famílias. Outro fator relevante é a questão das crenças religiosas das professoras, o que é um grande desafio e requer estudo, formação e pesquisa.

A partir do registro em relatório *in loco*, foi solicitada a organização dos espaços e aquisição de materialidade de modo que estejam a favor do desenvolvimento e aprendizagem das crianças contribuindo de forma efetiva para seu desenvolvimento. Uma semana após o encontro percebi, através de uma visita, que a instituição já demonstrava mudanças em sua organização, assim como já havia providenciado novos materiais, de acordo com as orientações.

Fui convidada para voltar nos meses de outubro, novembro e dezembro para diálogos com o corpo docente e reflexões acerca das práticas pedagógicas, com o intuito de ampliarem seus olhares e possibilidades de ensino, cumprindo assim as metas estabelecidas pelo grupo focal com a participação da coordenadora.

O encontro com os professores da escola híbrida ainda não aconteceu, devido a organização dos tempos e adequação da rotina escolar, uma vez que se trata de uma escola maior e com maiores especificidades. Porém, estou acompanhando o cumprimento das metas através de encontros com a coordenação geral e parcial. Até o momento, pude perceber que a escola vem se envolvendo em atividades que favorecem as boas relações étnico-raciais através de eventos como sessões de leitura literária com a participação de contadores de histórias com livros de Literatura Afro-brasileira, feira de cultura com participação da comunidade local como trançadeiras e oficina de turbantes, exposição de trabalhos das crianças, degustação de pratos de origem africana, Afro-brasileira e indígena.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia de grupo focal neste trabalho, contribuiu de maneira efetiva para o levantamento de dados apontando as dificuldades, perspectivas e desafios diante da Prática Pedagógica nas relações étnico-raciais.

Conclui-se que a metodologia propiciou intensas reflexões acerca do papel do coordenador pedagógico e sua articulação com o corpo docente garantindo práticas desenvolvidas nas instituições de Educação infantil acerca das relações étnico-raciais e implementação da Leis 10.639/03 e 11.645/08. O que permitiu a elaboração de um plano de metas facilitando novas construções e percepções.

De um modo geral as coordenadoras têm se comprometido no cumprimento das metas estabelecidas pelo grupo focal. Mobilizando professores e educadores, assim como os gestores através de iniciativas e projetos que possibilitem a implementação da Leis 10.639/03 e 11.645/08 nas instituições de Educação Infantil. Atualização do Projeto Político Pedagógico, aquisição de materialidade e participação no núcleo de estudos sobre as relações étnico-raciais são ações que já estão garantidas por todas as instituições que participaram do trabalho. Organização e adequação dos espaços dependem das condições de cada instituição.

Dialogando com as Proposições Curriculares para Educação Infantil entende-se que por ser a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil constitui de um atendimento educacional com práticas específicas garantindo o “cuidar e educar”. Isso implica na interação com as famílias, no respeito às especificidades de cada criança e no alinhamento com as diretrizes curriculares, além do preparo e formação dos profissionais envolvidos no processo. Realizar um trabalho educativo comprometido com a diversidade e promoção da igualdade racial tem sido um grande desafio como o fortalecimento das relações de pertencimento que perpassam por concepções equivocadas e por uma ideia de conformidade com a realidade.

Por meio de formação continuada, grupos de estudos, elaboração de propostas pedagógicas, estratégias de organização, adequação de tempos e espaços e aquisição de materialidade, as instituições de Educação Infantil têm fortalecido a discussão sobre concepções de discriminação e preconceito,

agregando ao trabalho desenvolvido o reconhecimento das diferenças na perspectiva da valorização e respeito.

Ressalta-se que o plano de metas ainda está em fase de execução em algumas instituições, no entanto, percebe-se que este trabalho vem propiciando momentos de reflexão e busca por práticas significativas que valorizem a cultura e a diversidade.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wanda Maria J.; OZELLA, Sergio. **Apreensão dos sentidos; aprimorando a proposta dos núcleos de significação.** *Revista brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília.v 94.n.236.p. 299-322, jan/abr.2013.
- BARBOUR, Rosaline. **Grupo focais.** Porto Alegre: Artmed,2009. Tradução Marcelo Figueiredo Duarte.
- BELO HORIZONTE. **Instrução de serviço Secretaria Municipal de Educação nº001/2009**, de 10 de fevereiro de 2009.
- BELO HORIZONTE. Portaria da **Secretaria Municipal de Educação nº 241**, de 16 de outubro de 2013.
- BELO HORIZONTE. **Proposições Curriculares para Educação Infantil: fundamentos/** Ana Cláudia Figueiredo Brasil Siolva Melo (Org)- Belo Horizonte: SMED,2014. 136p.
- BELO HORIZONTE. **Proposições Curriculares para Educação Infantil: Desafios da Formação/** Ana Cláudia Figueiredo Brasil Siolva Melo (Org)- Belo Horizonte: SMED,2016. 190p.
- BELO HORIZONTE. **Secretaria Municipal de Educação/ Conselho Municipal de Educação resolução nº 001/2015**, de 05 de março de 2015.
- BELO HORIZONTE., **Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** 2004.
- BELO HORIZONTE., **Diretrizes Curriculares Municipais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** 2013.
- BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei 11.645/2008, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996

BRASIL. **Ministério da Educação**. “Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”. Novembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

GAMA, M. E.; TERRAZZAN, E.A. **Características da formação continuada de professores nas diferentes regiões do país**. 30 Reunião da ANPED, 2007.

GASKELL, G. **Entrevistas individuais e grupais**. IN Gaskell, G. Bauer, M.W.(Org.) Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. Petrópolis, Vozes, 64-89, 2002.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais humanas**. Brasília-DF: Líberlivro, 2005.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos**”. Currículo sem Fronteiras, V.12, n.1, pg. 98-109

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Paidéia (Ribeirão Preto).

GUIMARAES, Valter Soares. **O grupo focal e o conhecimento sobre identidade profissional dos professores**. In: PIMENTA, S.G; GHEDIN, E.; FRANCO, M.A.S. (Org.). **Pesquisa em educação: alternativas investigativas com objetos complexos**. São Paulo: Loyola, 2006.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo, Hucitec, 2000.

MORGAN, D. **Focus groupas qualitative research**. Qualitative Research Methods Series.16. London: Sage Publications, 1997.

PIZZOL, S.J.S. **Combinação de grupos focais e análise discriminante**: um método para tipificação de sistemas de produção agropecuária. Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, p.451-468, 2004.

PRANIS, Kay. **Círculos de justiça restaurativa da paz: guia do facilitador/** por kay Pranis; tradução: Fátima De Bastiani. [Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas], 2011.

VEIGA, L., & Gondim, S. M. G. **A utilização de métodos qualitativos na ciência política e no marketing político**. Opinião Pública, 1-15.

ANEXO

Diretoria Regional de Educação- Leste
Questionário: Análise das práticas Educativas na Educação Infantil baseadas nas Leis
10.639/03 e 11.645/08

O Objetivo deste questionário é fazer um levantamento de questões relacionadas ao trabalho dos profissionais da Educação Infantil no que diz respeito à implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 que tratam sobre a obrigatoriedade do trabalho com a história e cultura Africana, Afro-brasileira e indígena e o cumprimento do aparato legal por meio de formações e troca de experiências.

1. Há quanto tempo você atua na Educação Infantil?

1 ano ou menos () | de 1 a 3 anos () | de 3 a 5 anos () | mais de 5 anos ()

2. Você conhece ou já ouviu falar a respeito das leis 10.639/03 e 11.645/08?

Sim, na escola que trabalho () | Sim, em outros lugares () | Não conheço

3. Como é a participação dos professores de sua instituição no Núcleo de estudos Étnico-Raciais que acontece mensalmente em sua regional?

Não há participação () | Temos um representante () | A coordenação que participa

4. Como acontece o repasse das formações Étnico-Raciais na sua instituição?

Não acontece () | Acontece nos momentos de extraclasse ()

Obs. _____

5. Quais ações baseadas nas Leis 10.639/03 e 11.645/08 foram promovidas pela sua instituição?

6. Qual a sua percepção da efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 na realização das atividades aplicadas pelos professores?

7. Quais avanços pedagógicos sua instituição demonstrou em relação as práticas educativas voltadas para as relações étnico raciais?

8. Houve dificuldades em relação a aplicabilidade das práticas educativas voltadas para as relações étnico raciais? Exemplifique.

9. Como a instituição percebe o reflexo do trabalho desenvolvido nessa temática pelas famílias?

10. Como o grupo de professores se posiciona diante da temática das relações étnico raciais?

11. Escreva sobre sua prática pedagógica e experiências relacionadas as relações étnico raciais. Seus anseios, expectativas, desafios e avanços.
